

Tarefas 2 e 3 – Compilação de algumas das respostas dos alunos (foram selecionados trechos ou a resposta inteira)

Tarefa 2

Pontos destacados pelo professor no texto de Nagel, *The Structure of Science*, cap. 1:

Neste capítulo Nagel procura investigar a demarcação da ciência com o senso comum. Essa face do problema da demarcação é de natureza quase que inteiramente intelectual; a fronteira com as pseudo-ciências, e o problema do negacionismo científico, em geral envolvem também questões éticas e políticas.

- a) O que distingue o conhecimento científico não é, nem pode ser, um suposto caráter de verdade indestrutível (“indefeasible”);
- b) A extensão do termo ‘ciência’ (i.e. aquilo que o termo *denota*) é em boa medida vaga. Esse é um fenômeno da linguagem natural; não seria sensato tentar remediar a vagueza do termo por meio de uma definição rígida;
- c) Uma primeira característica da ciência é ser um corpo de conhecimento *organizado*; mas isso não basta, claro;
- d) O objetivo diferenciador da ciência é a organização do conhecimento com base em *princípios explicativos*; essa posição de Nagel reflete de forma nítida a posição de Aristóteles sobre a ciência, bem como da imensa maioria dos filósofos clássicos de todas as épocas, até, pelo menos, a moderna;
- e) *Explicar* é, para Nagel, estabelecer relações de dependência entre proposições superficialmente não relacionadas; neste ponto Nagel se distancia de Aristóteles, para quem explicar um fenômeno era dar as causas do fenômeno; a posição de Nagel é mais próxima (embora talvez não idêntica) da dos positivistas lógicos, sistematizada nos estudos clássicos de Carl Hempel, sob o nome de explicação nomológico-dedutiva;

- f) Outro traço demarcatório da ciência é a preocupação com o *escopo de aplicação* de suas crenças; isso a torna mais suscetível de topar com falseações, mas esse é um preço que vale a pena pagar;
- g) A ciência procura evitar crenças *incompatíveis* umas com as outras;
- h) Embora implicando maiores riscos, relativamente ao senso comum, a ciência procura aumentar as fontes de evidência relevante para suas conclusões por meio de uma *maior definição* (“determinacy”) de suas proposições, e por sua incorporação em *sistemas*;
- i) A ciência não leva em conta as implicações (“bearing”) de suas explicações sobre os *valores humanos*; esse ponto é muito discutido hoje em dia; contribuições relevantes foram dadas, por exemplo, por Hugh Lacey, de quem algumas das obras principais são incluídas na bibliografia deste curso;
- j) O caráter mais *abstrato* (no sentido filosófico do termo) das noções científicas é o concomitante inevitável da busca de explicações sistemáticas e abrangentes;
- k) Nagel não concebe o método científico como uma receita mecânica de fazer descobertas; mas ele identifica um núcleo do “método”, ou melhor, da perspectiva científica como sendo: a exposição deliberada das reivindicações (“claims”) cognitivas da ciência ao desafio permanente de confronto com dados observacionais críticos, com peso decisório (“probative”), sob condições experimentais controladas, bem como à crítica persistente de argumentos;
- l) Os cânones de avaliação da evidência científica são parcialmente tácitos; esse ponto ganhou grande relevância com a teoria da ciência desenvolvida por Thomas Kuhn, que o remete ao filósofo húngaro-britânico Michael Polanyi.

Students:

A.

O autor examina as relações entre o saber científico e o conhecimento associado ao senso comum, sobretudo no tocante às diferenças entre essas duas **retóricas** (não é de “retóricas” que se trata, embora haja retórica em qualquer discurso) a respeito da realidade. Embora as conclusões obtidas por esses dois **campos discursivos** (idem; em ambos os casos seria melhor usar outros termos)

coincidam com alguma frequência, existem discontinuidades importantes que caracterizam seus respectivos processos epistemológicos. Na investigação de tais discontinuidades, o texto contribui para o debate sobre o problema da demarcação.

(Este parágrafo e o seguinte fazem uma ótima síntese, inclui todos os pontos importantes e é bem precisa.) De acordo com Nagel, as crenças derivadas do senso comum possuem teor assistemático e não são continuamente controladas por evidência empírica. Elas frequentemente carecem de preocupação com os princípios teóricos explanatórios dos eventos observados, o que comumente se traduz na ausência de uma teoria do fenômeno ou na aceitação acrítica de explicações que não foram testadas adequadamente. Além disso, prescindem da reflexão sobre o escopo de validade do sucesso das práticas que fundamentam, são formuladas em linguagem imprecisa e generalista e admitem proposições contraditórias sem maiores questionamentos.

A ciência, por outro lado, produz conhecimento sistemático que está continuamente exposto a escrutínio teórico e empírico. Ela intenta um grau de abstração maior que o das observações singulares, almejando, por exemplo, explicar não somente a eficácia de práticas específicas, mas os mecanismos causais que definem suas condições de sucesso ou fracasso. Por isso, as teorias científicas não apenas explicam o êxito de certas técnicas, mas permitem, inclusive, a correção ou melhoria de aspectos inadequados dessas práticas. Além disso, as contradições são encaradas como problemas a serem explicados e as proposições são falseáveis e formuladas em linguagem precisa e frequentemente quantitativa.

A diferença entre ideias científicas e do senso comum reside, em síntese, no fato das primeiras serem o produto do método científico. (Nagel diz algo sobre esse “método” no final do texto; ver meus pontos, acima; teria sido bom citar, pois é uma síntese do capítulo feita pelo próprio autor.)

B. (Esta resposta ficou um pouco longa, mas seu conteúdo é excelente: completa, precisa, bem redigida e argumentada.)

A primeira forma de reconhecimento da ciência enquanto modelo de conhecimento diferenciado, dotado de um conjunto de predicados próprios, deve necessariamente visar a confrontá-la com formas diferentes de obtenção de conhecimento, passando em revista dessas formas a fim esboçar linhas de contorno. Nesse sentido, o olhar histórico permite-nos compreender que a ciência é produto da atividade humana no tempo, não existiu desde sempre e pode ter suas origens traçadas dentro de linhas específicas de desenvolvimento de ideias e conceitos. Se a ciência é um tipo de conhecimento com valor próprio, capaz de distinção cultural significativa dos tipos de conhecimento que a precederam, mas, ao mesmo tempo, é produto de condicionantes preexistentes a si, cabe-nos indagar acerca de qual conjunção de características permitiu o surgimento singular de tal empreitada cognitiva. E, no encalço, se esse valor próprio da ciência se estende também a uma distinção significativa de valor cognitivo, a questão que se põe em sequência é sua comparação com os procedimentos tradicionais envolvidos na obtenção dos conhecimentos de senso comum.

No entanto, como diz Ernst Nagel no capítulo inicial de sua famosa obra *A Estrutura da Ciência*, “a aquisição de conhecimento confiável acerca de muitos aspectos do mundo certamente não começou com o advento da ciência moderna e do uso consciente de seus métodos” (1961: 1), embora seja particularmente notória a maneira como o êxito dessa mesma ciência moderna tem impregnado o desenvolvimento de “novos preconceitos”, alimentando o uso corriqueiro do qualificativo “científico” e de outras expressões correlatas. As consequências do alastramento indiscriminado de uso do termo, por um lado, tem servido para que possamos acompanhar a extensão do impacto social dos resultados da ciência, ainda que, por outro, exponha um esvaziamento terminológico de sua definição a partir da incorrência frequente em usos vagos e, por vezes, ambíguos, associados em geral a crenças e certezas de época

consideradas terminantes por seus veiculadores. E se, por ser um produto histórico, “não há nenhuma linha nítida que separe as crenças incluídas de modo geral sob a denominação familiar, ainda que vaga, de ‘senso comum’ das afirmações cognitivas reconhecidas como ‘científicas’ (...) a ausência de linhas divisórias precisas não é incompatível com a presença de ao menos um núcleo de significado seguro para cada uma dessas palavras” (3).

O desejo de encontrar explicações sistemáticas sobre os fenômenos da realidade experienciada é um dos objetivos que movem a ciência, configurando sua inclinação para a constituição de um conhecimento organizado e classificado. Porém, a organização e a classificação não podem ser suficientes para distinguir a ciência do senso comum, pois também nas explicações pré-científicas pode-se constatar a presença de sistemas de classificação e organização da realidade. Com isso, a pergunta da distinção persiste, sendo apenas recolocada em outro plano: “que *tipo* de organização ou classificação é característico das ciências” (p. 20; grifo do original), do seu modo próprio de alcançar conhecimento, de seu método.

Assim, segundo Nagel, o modo próprio de organização e classificação do conhecimento pelo método da ciência demonstra-se a partir da proposição de princípios explicativos sistemáticos controláveis por elementos de juízo acerca da experiência fatural, gerando um conhecimento abrangente, vinculado, assertivo e logicamente coeso que se põe, sempre que possível, suscetível de confrontação com elementos da experiência a que se propõe explicar. Isso significa que a ciência não se distingue do senso comum por uma pretensa capacidade de oferecer conhecimento certo e indubitável. Seus padrões de êxito repousam não na segurança presunçosa de um saber inabalável que se sobreponha e se enrijeça perante as contestações, mas na segurança precisamente contrária da ponderação racional das contestações insurgentes a partir da possibilidade sempre presente da própria reconstrução crítica de suas teorias explicativas, submetendo-as ao teste frequente pelos juízos da

experiência, concatenados em torno de argumentos construídos sob regras lógicas.

Essa sistematicidade confere à ciência um rigor e uma precisão que jamais são alcançadas nos processos cognitivos de senso comum. Por conseguinte, por meio do senso comum, “raramente [se] é consciente dos limites dentro dos quais suas crenças são válidas ou suas práticas exitosas” (5), o que impõe uma dificuldade estrutural das modalidades de conhecimento não-científico de se submeterem à crítica sistemática e alcançarem validade para além dos limites da experiência mais imediata, carecendo de profundidade. Assim, pode-se dizer que a ciência produz um aprimoramento crítico nas formas de se constituir conhecimento, introduzindo “refinamentos nas concepções ordinárias mediante o próprio processo de expor as conexões sistemáticas de proposições relativas a questões do conhecimento comum” (5-6).

Esse refinamento, também, vem a apoiar um aumento na efetividade do conhecimento em situações que envolvem aplicação prática ou necessidade de controle e previsão, promovendo técnicas mais eficientes de intervenção. Não à toa, o senso comum, por meio de sua dependência do imediatamente dado, tem feito surgir diversas explicações contraditórias entre si, adequadas cada qual a uma determinada circunstância de interesse, mas não para a regularidade de casos de mesmo tipo quando observados de uma perspectiva mais abrangente, isto é, “as relações entre os eventos, independentemente de sua incidência sobre preocupações humanas específicas, não são sistematicamente percebidas e exploradas” (6).

A criticidade à qual submete suas explicações acerca da realidade faz com que muitas explicações científicas sejam menos duráveis do que as explicações oferecidas por meios não-científicos. Não obstante, se podem ser menos estáveis do ponto de vista da duração, são mais estáveis quando observadas à luz de sua amplitude, precisão, rigor, clareza, efetividade, confiabilidade e potencial de preditibilidade, na medida em que não se contentam em ser produtos da circunstância ou de um certo interesse subjetivo de época ou circunscrito, mas se

propõem a apreender relações perenes cada vez mais profundas, depurando-se seus termos conceituais, tanto quanto possível, de toda vaguidade e ambiguidade de sentidos - os dois tipos de indeterminação a que está sempre sujeito o conhecimento não-científico -, a fim de que suas consequências empíricas sejam inteligíveis e suscetíveis ao teste. Devido à indeterminação de seus termos conceituais, para as crenças de senso comum “a distinção entre evidências confirmadoras e evidências contraditoras para tais crenças não pode ser facilmente elaborada” (8), deixando em aberto o espaço para tergiversações, sejam elas propositais ou meramente defensivas, e, portanto, desestimulando os efeitos da abordagem crítica em prol de crenças mais adequadas acerca da experiência. Justamente por se arriscar mais sobre a amplitude, a precisão, o rigor e a clareza de seus enunciados explicativos em relação à experiência é que o conhecimento científico se coloca em melhor posição de ser aprimorado pelos dados da experiência, expondo-se à refutação, ao erro, à crítica, ao mesmo tempo em que oferece condições mais confiáveis e efetivas para lidar tanto com fenômenos correntes como com fenômenos ignorados.

Isso tudo só é possível, de acordo com Nagel, porque existe uma diferença de orientação entre a ciência e os conhecimentos não-científicos, na medida em que o interesse pelas relações subjacentes aos fenômenos tornam o conhecimento teórico da ciência menos dependente das condições imediatamente dadas nas apresentações desses fenômenos ou dos interesses práticos imediatamente dados ao investigador, ao mesmo tempo em que o teste crítico pela adequação empírica permite que essas relações subjacentes não escapem para abstrações meramente especulativas. É essa disposição para o desvelamento de estruturas que confere à ciência a capacidade de expandir o potencial explicativo e preditivo de suas teorias mediante reconstruções críticas de abrangência e profundidade dos sistemas teóricos prevalentes, no sentido de sistemas explicativos cada vez mais integrados que acabam por extrapolar a observação simples e direta, sem, contudo, perder o vínculo empírico por meio de procedimentos lógicos e experimentais articulados de maneira complexa.

O caráter lógico e teoricamente estruturado da ciência em relação ao senso comum permite que as teorias científicas se lancem a fenômenos até então ignorados por não serem objetos da percepção corriqueira dos investigadores, abrindo um leque de novos problemas que devem ser palmilhados de modo cada vez mais precisos. Não obstante, a suscetibilidade crítica a que se impõe a ciência permite que se tenha maior consciência dos limites da atividade cognitiva, uma vez que suas teorias não podem ser mais do que hipóteses empiricamente adequadas, e válidas enquanto se mantiverem firmes perante experiências refutadoras, sem jamais alcançarem qualquer status de irrevogáveis. Nesse sentido, a ciência não parte de formas diferentes de percepção da realidade em relação ao senso comum, nem o método científico é um conjunto de regras específicas para descobrir a verdade última. “Não existem regras para a descoberta e para a invenção na ciência, tanto quanto também não existem tais regras nas artes” (12). Muito menos o método científico consiste em provar uma teoria de maneira terminante, pois suas empreitadas teóricas são sempre suscetíveis à revisão e à crítica de argumentações a partir de evidências empíricas que confrontem as consequências empíricas da teoria.

Logo, é preciso que as experiências que se coloquem a testar teorias científicas passem pelos cânones aprovados da apreensão fidedigna de evidências fatuais e que essas evidências fatuais, uma vez obtidas, possam ser avaliadas pelos cânones lógicos de avaliação da força da evidência perante a refutação ou corroboração que vierem a indicar. Por isso, “se as conclusões da ciência são os produtos de investigações conduzidas de acordo com uma política definida para obter e avaliar evidências, a razão para confiar nessas conclusões como garantidas deve se basear nos méritos dessa política”, que, por sua vez, “operam em geral como hábitos intelectuais manifestados pelos investigadores competentes na condução de suas indagações” (13).

Assim, se se pode distinguir a ciência do senso comum, em um primeiro momento, por apelo a um método que confere abrangência, precisão, rigor,

clareza, efetividade, preditibilidade e confiabilidade, os detalhamentos constitutivos dos cânones desse método destacado de evidência e justificação ainda não são senão produtos de uma conduta a ser devidamente racionalizada - até o momento explicitada apenas parcialmente -, e que, em geral, opera de maneira tão somente inconsciente nas mentes dos cientistas competentes, enquanto hábitos intelectuais frutíferos que mantêm em suas atividades de teorização e nas discussões que travam perante a comunidade científica. Não obstante, como o próprio Nagel afirma, a despeito do que se há de explicitar em relação ao método da ciência, “o registro histórico do que se tem logrado mediante essa política no âmbito do conhecimento confiável e sistematicamente ordenado deixa pouco lugar a dúvidas no que diz respeito à superioridade dessa política sobre as demais alternativas a ela” (13).

Tarefa 3

C.

Os textos selecionados (Textos 3 e 4) abordam a conjuntura e as consequências da atitude anticientífica, a qual adquiriu crescente influência na esfera pública ao longo da última década. O artigo “A desorganização da ciência” critica o discurso de produtivismo acelerado e a asfixia financeira das ciências humanas no contexto do governo Jair Bolsonaro, bem como a promoção da hidroxicloroquina contra a COVID-19 inobstante a ausência de estudos sobre sua eficácia. Por sua vez, o texto “O preço de negar a ciência” discute os movimentos negacionistas, seu impacto na regulação chinesa da caça e a importância da ciência no desenvolvimento de soluções para a pandemia.

À luz da introdução de “The Structure of Science”, podemos compreender os processos de desmonte das políticas de financiamento científico como conectados a dois fatores: desinformação e ineficiência dos formuladores de políticas públicas e/ou interesse ativo em obstaculizar o trabalho científico.

Com relação ao primeiro, podemos especular que os governantes não compreendam que a eficácia das conclusões científicas seja o efeito direto da aplicação bem-sucedida do método, o que requer um ambiente institucional favorável. Para que os pesquisadores possam adquirir equipamentos, arcar com seus custos de vida e cumprir rigorosamente com as etapas do processo experimental, esse ambiente necessita de tempo e investimento financeiro. Nesse sentido, os atores institucionais estariam desinformados sobre o funcionamento da ciência e, por esse motivo, adotariam políticas ineficientes, a exemplo dos cortes em campos que já recebem pouco financiamento, como as ciências humanas.

Acerca do segundo fator, é razoável pensar que o ataque à ciência esteja nos interesses de atores políticos cujas plataformas frequentemente se baseiam no reforço a narrativas do senso comum, às quais a ciência ameaça. Exemplos

incluem a refutação darwiniana do criacionismo e o argumento antropológico sobre o caráter socialmente construído das desigualdades de gênero e raça.

D. (Esta resposta está muito boa, como a anterior, embora tenha extrapolado o limite de páginas sugerido.)

Em tempos de uma humanidade inundada por produtos derivados de pesquisas científicas ou, pelo menos, aprimorados por pesquisas científicas, em que não há como deixar de topar com algum tipo de êxito do trabalho da ciência ou esperar por algo novo que ela possa nos oferecer em um futuro não muito distante, não deixa de surpreender que em meio a uma pandemia virológica que nos obriga a uma severa restrição de circulação estejamos vendo a insurgência significativa de grupos sociais duvidando daquilo que autoridades científicas competentes em saúde têm recomendado a respeito da necessidade de isolamento social. Conquanto a ciência tenha se tornado matéria complexa com seus termos abstratos em referência a entidades inobserváveis e suas proposições sejam por vezes contraintuitivas, distanciadas do cotidiano das pessoas comuns, ainda soa estranha a existência de movimentos negacionistas - terraplanismo, antivacinismo, negacionismo climático, masculinismo... - e o modo como ignoram precisamente aquilo que tem se demonstrado a marca mais visível da efetividade da ciência: os produtos cientificamente desenhados e aplicados.

Não se trata, contudo, de se surpreender com a existência de grupos cuja marca seja o mais aberto conspiracionismo, pois eles sempre existiram. A surpresa se dá com a visibilidade que têm ganhado mesmo com todas as evidências em contrário. Que grupos sociais persistam acreditando em teorias mirabolantes para explicar sua obstinação é parte da situação indigesta mas real de que a disseminação de informações também está submetida a estratégias de poder dos agentes sociais e que, dessa maneira, a omissão e a tergiversação sejam recursos efetivos de conluios e intrigas. Mas que tais teorias mirabolantes venham a prosperar sem qualquer pudor de não oferecerem sequer tentativas

plausíveis de argumentação na conspiração que propõem e mesmo quando as informações abundam diariamente nos mais variados tipos de imprensa com um acúmulo de evidências contraditoras, é sinal de que estamos vivenciando um período de ressurgimento do irracionalismo em nosso senso comum, em que as contradições do discurso ficam escamoteadas na verborragia da ocasião.

Ernst Nagel, um eminente filósofo da ciência do século XX, estava certo em alertar para a facilidade que os homens comuns e mesmo os homens de negócios têm de sustentar crenças incompatíveis e até propriamente inconsistentes, justamente porque “tais juízos conflituosos são frequentemente resultado de uma preocupação quase que exclusiva com as consequências e as características imediatas de eventos observados”, de maneira que “[m]uito daquilo que se passa com o conhecimento de senso comum certamente diz respeito aos efeitos que coisas familiares têm sobre os assuntos que os homens valorizam” (1961: 6). E o ressurgimento desse senso comum mais rudimentar se torna ainda mais compreensível quando percebemos duas questões que tocam nossa época: (1) que a ciência é, sobretudo, uma instituição social e, com efeito, seu método, não obstante os êxitos que apresente, não pode deixar de ser conduzido e veiculado por seres humanos e (2) que enfrentamos um período de carregado e generalizado descrédito das instituições sociais, destacando-se a ascensão no mundo inteiro de lideranças e movimentos negacionistas e até mesmo de líderes políticos eleitos, democrática e controversamente, sobre plataformas de desmonte institucional e disseminado sentimento público de desesperança. Nagel já vislumbrava esse aspecto social do conhecimento científico, apesar de não o tratar em toda a extensão de sua ideia, quando asseverava que “se as conclusões da ciência são os produtos de investigações conduzidas de acordo com uma política definida para obtenção e avaliação de evidências, a razão para confiar nessas conclusões enquanto garantidas deve estar baseada nos méritos dessa política” (13). Por isso, quando as instituições sociais sofrem de um desprestígio generalizado e profundo, não seria de duvidar

que também a instituição da ciência viria a ser solapada por esse mesmo pessimismo desmedido.

A própria forma com que tal descrédito atinge essas instituições já demonstra que o movimento coletivo que o suporta é basicamente impulsivo, apegado a um sentimento de desilusão compartilhado por muitos, mas incapaz de escapar do horizonte mais estreito de suas consequências mais imediatas. E, quando o ceticismo irrestrito toma conta do universo de valores das instituições sociais, perdemos a sistematicidade argumentativa característica do método científico, recuando para a aparente segurança subjetiva de nossas vivências e práticas mais imediatas, num empirismo ingênuo que acredita legítimo generalizar conclusões a partir do estreito horizonte de experiências de que participamos ou de que somos sensibilizados a prestar apoio justamente pela proximidade de nosso estreito horizonte de experiências pessoais. E esse movimento de recrudescimento tende a ser tragicamente retroalimentado pela pretensa legitimação de ideias negacionistas por parte de decisões tomadas por lideranças políticas demagogas. Que tais lideranças se projetem em estereótipos da simplicidade do homem comum para propagarem suas imagens e se aproximarem do ideal de segurança do senso comum, bradando suas convicções sobre matérias infundadas - e em muitas ocasiões verdadeiramente absurdas à luz do que hoje conhecemos -, só reforça o caráter de apego à imediatidade para o qual regredimos, precisamente a imediatidade que, para Nagel, opunha a orientação básica do senso comum ao da ciência.

É assim que podemos compreender a insistência em medidas governamentais que contrariam o conhecimento mais avançado que temos, a despeito de toda a informação que os tomadores de decisão podem reunir ao seu redor, como no exemplo da recente publicação, por parte do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC), da portaria n. 1122, em 19 de março, quando muitos de nós já se encaminhavam para o início de um severo isolamento social diante das evidências que se avolumavam no mundo em relação ao potencial de alastramento do novo coronavírus. Quando as

principais autoridades sanitárias do mundo alertavam para aquilo que já havia sido caracterizado como uma verdadeira pandemia, com apreciável ritmo exponencial de contágio, explicitado em confiável modelagem estatística, numa ameaça invisível que só pudemos conhecer a partir do final do século XIX mediante os méritos do método científico, nosso governo, agora por meio do MCTIC, propunha, mais uma vez, contrariar todos os argumentos razoáveis conhecidos a respeito do desenvolvimento científico para então excluir as pesquisas em ciência básica e também quase todas as ciências humanas do rol das prioridades do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para recebimento de recursos públicos em projetos de pesquisa dentro do quadriênio de 2020 a 2023. A preocupação apenas com as áreas ditas “tecnológicas” é evidente.

Justificou-se a emissão da portaria diante da necessidade de “racionalizar o uso dos recursos orçamentários e financeiros”, a partir da qual, conforme o anúncio feito, “o fomento à ciência tem de trazer retorno imediato”. Assim, “contribuir para a alavancagem em setores com maiores potencialidades para a aceleração do desenvolvimento econômico e social do país”, conforme o texto da portaria, pareceria ser o caminho natural e óbvio a ser adotado. Todavia, que mais de 70 entidades científicas e outros 50 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) tenham se manifestado de maneira contrária às restrições postas dessa maneira pela portaria ministerial, demonstra o quanto o Ministério efetivamente ignorou as autoridades competentes em ciência do país para definir sua política de ação e fomento da própria ciência nacional, sem que qualquer justificativa razoável tenha sido apresentada para explicar não ter levado a cabo uma consulta séria. Expõe também o caráter meramente aparente e superficial do caminho “natural e óbvio” que tentou apresentar para sua medida, parecendo buscar antes a aprovação imediata do senso comum da população, num jogo plebiscitário “com a torcida”, do que o diálogo qualificado a partir de argumentos apropriados, especializados e minuciosamente sopesados.

Ainda que o MCTIC tenha voltado atrás nas definições de prioridade da portaria 1122 com a publicação da portaria 1329, apenas 11 dias depois, reinserindo nas prioridades de fomento os projetos de pesquisa básica, de humanidades e de ciências sociais, isso não resolve o problema renitente de nosso governo em ignorar reiteradamente - e tudo leva a crer que de maneira premeditada por conta do nível da insistência -, as inúmeras recomendações das evidências mais avançadas que temos a respeito do fazer científico. Prefere, por assim dizer, investir na desorientação do cidadão comum quanto à complexificação e especialização inerente ao desenvolvimento dos saberes científicos para incitar os sentimentos de desamparo desse cidadão comum. As inúmeras aparições negacionistas da pandemia por parte do Presidente da República, em graus variados de absurdidades ditas perscrutando diferentes aspectos da ignorância popular a respeito de questões epidemiológicas, por todo esse período de polêmicas em torno da portaria do MCTIC e mesmo depois, corrobora o caráter desvairado que Nagel já nos alertava para as crenças incompatíveis e inconsistentes do homem comum.

Mas tal desorientação, infelizmente, também atinge a alguns cientistas que, especializados em seus universos disciplinares, passam a querer manifestar inadvertidamente suas considerações pessoais acerca de questões que tocam outras áreas do conhecimento científico em que não são competentes. É preciso que os cientistas estejam atentos a esses percalços, pois ações como essas só contribuem para aumentar o sentimento de desorientação das pessoas comuns, inclusive no descrédito para com a ciência, estimulando a convicção injustificada que elas mobilizam para desqualificar as evidências científicas sob pretexto de uma suposta “liberdade de expressão”, como se as teorias científicas, os argumentos que as suportam e as evidências disponíveis pudessem ser simplesmente reduzidas e relativizadas a artigos de opinião. Se, por um lado, a ciência não provê verdades terminantes e não prova de maneira irrevogável qualquer de suas teorias, por outro, suas explicações e evidências indicam ao menos o que poderíamos chamar de “melhor verdade de que podemos dispor” e,

com efeito, que não há motivo razoável para recusarmos de maneira inargumentada suas evidências e recairmos em convicções de caráter subjetivo - ainda que coletivamente compartilhadas, pois persistem sendo subjetivas, já que no âmbito da justificação carecem de evidências.

É justamente essa relativização que se impõe quando a comunidade científica aceita flexibilizar seus procedimentos de avaliação da pesquisa científica sob o pretexto de que a urgência do momento de pandemia exige ações aceleradas, abrindo mão do rigor que tão bem caracteriza a empreitada da ciência e também da ponderação racional com que procura avaliar os argumentos e as evidências das novas teorias propostas. Também contribuem para essa relativização os veículos de imprensa, ao açodadamente divulgarem pesquisas científicas em caráter preliminar ou incompletas sem a devida preocupação de fazer as elucubrações necessárias para circunscrever as expectativas possíveis diante das evidências demonstradas e das evidências não demonstradas de cada estudo. O estímulo à ansiedade da população favorece a atmosfera de apreensão e temor que alimenta e oferece abrigo para a audácia da demagogia, tal qual a aura de santificação ou milagre com que se envolveu a hidroxiclороquina como medicamento salvador, muito antes que pudesse ser obtida qualquer evidência confiável a respeito de sua eficácia para o combate ao novo coronavírus, aura essa absolutamente incompatível com a prudência, o comedimento e o cuidado do pensamento científico na produção de conhecimento fiável. Sem perder de vista Nagel, ainda que o juízo a respeito da eficácia da hidroxiclороquina seja correto, certamente as “razões” apresentadas para suportá-lo são erradas, pois não dispomos de qualquer evidência para aceitar a eficácia do medicamento.

Assim, enquanto não reconhecermos a ciência como parte das instituições sociais, produzida por seres humanos organizados em comunidades científicas e parte da sua busca por conhecimento confiável, de uma maneira intersubjetiva, construída a partir de argumentos e evidências que podem ser falíveis, mas que só o serão mediante uma perspectiva crítica e acurada de contraposição por

novos argumentos, novas evidências e novas propostas explicativas, e não por meras opiniões, não conseguiremos fazer com que as pessoas comuns compreendam minimamente o caráter da verdade sem certeza que a ciência pode realmente lhes fornecer com suas teorias e explicações. Sem tal compreensibilidade, as conquistas materiais da ciência sempre passarão despercebidas da profundidade dos pressupostos filosóficos que conformam sua configuração metodológica, imersas na imediatidade irrefletida da vivência ingênua de senso comum e, com efeito, de seus preconceitos presentes. Sem ela, estaremos sempre suscetíveis a ideais tresloucados que usam uma falsa imagem da atividade científica para vender promessas vazias de certeza e imediatidade, explorando um ideal de segurança impossível enquanto acusam a ciência de não oferecer a verdade terminante a que ela efetivamente nunca pode se propor. Como diria Nagel, não podemos perder de vista que:

é mais difícil elaborar uma teoria que permaneça inabalada pela repetida confrontação com os resultados de laboriosas observações experimentais quando os padrões são rigorosos para o acordo que deve ser obtido entre tais dados experimentais e as previsões derivadas da teoria, do que quando tais padrões são frouxos e não são requeridos que a evidência experimental admissível não é exigida para ser estabelecida por procedimentos cuidadosamente controlados. (9)